



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681495 - SC (2021/0227570-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : TIAGO CARDOSO DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de TIAGO CARDOSO DE OLIVEIRA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5034458-80.2021.8.24.0000).

A defesa sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez foi designada audiência de instrução e julgamento por meio de videoconferência em detrimento do ato presencial.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para suspender todos os efeitos da decisão ilegal de primeiro grau que designou audiência de instrução e julgamento por videoconferência e, no mérito, a anulação do ato conforme designado, determinando-se nova data para a audiência de instrução e julgamento de forma presencial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, observa-se que foram declinados os fundamentos para justificar a manutenção da custódia cautelar do paciente (e-STJ fl. 322):

Não encontra presente a plausibilidade jurídica do pedido, em especial porque, como consabido, a realização de audiência por videoconferência encontra justificativa na situação excepcional causada pela pandemia do corona vírus, que constitui condição emergencial e temporária a justificar o implemento de medidas que garantam o prosseguimento da prestação jurisdicional e a saúde pública.

O próprio Conselho Nacional de Justiça, em 8 de outubro de 2019, orientou os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais a adotarem o sistema de videoconferência em atos processuais das ações penais. Enfim, na iminência de nova onda da COVID-19 e, diante da revolução tecnológica do Estado moderno, não autorizar a realização da sessão por videoconferência afigura-se um verdadeiro retrocesso social.

Em outras palavras, defender o processo ordinário durante estado de pandemia, na contramão da tendência mundial de distanciamento social ou adoção de protocolos, não atende ao interesse público, seja de funcionamento eficaz do Sistema de Justiça Criminal, seja do direito subjetivo do próprio réu a ter um julgamento

definitivo (CNJ, Ato Normativo nº 0009672-61.2020.2.00.0000).

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência